



PROGRAMA de GOVERNO

**ITAMONTE
PARA TODOS**

Mais do que um simples lema, esta inspiração foi o alicerce da construção coletiva que guiou este programa. Um programa em contínua elaboração, que não se encerra neste documento, mas que servirá como plataforma para constante aprimoramento, mediante a manifestação do poder popular em nossa administração. O **PSOL** - Partido Socialismo e Liberdade realizou convocações públicas pelas redes sociais, inaugurando Grupos de Trabalho em **quatro eixos temáticos diferentes**, com ampla participação da comunidade e compartilhamento aberto das agendas de reuniões. Após dezenas de encontros, este documento sintetiza as necessidades, demandas, anseios e sonhos da nossa gente

Você é parte disso, mesmo que não tenha havido participação direta. Você faz parte dessas mudanças, desses a quem chamam de “povo”, desses a quem chamamos de “nós”! Nós temos lutas, pautas, ideias, princípios e valores que não nos deixam arredar o pé. Nós temos corpos diversos, vozes diversas, origens diversas e uma vontade comum de superar as opressões. Nós resistimos cotidianamente, porque somos muitos e muitas, e não negociamos nossos sonhos. **Nossa esperança não está à venda!**

Esse é um projeto de subversão da política tradicional, um projeto de pressuposto revolucionário e ecossocialista, que defende a diversidade sexual e de gênero, que milita pela acessibilidade, pela causa animal e pela defesa intransigente e irrestrita dos serviços públicos, sobretudo educação e saúde universais e gratuitas. Por um sistema de mobilidade universal, eficiente e gratuito. Pelo fim da violência. Por uma política participativa de acesso e direito à cidade. Por justiça social. Os únicos interesses que não estão encampados neste programa são

os privilégios de 1% da população, que tradicionalmente e historicamente define o rumo de nossas vidas. Esse é o manifesto que afasta e rejeita tais rumos, ao passo que aponta caminhos para uma política radicalmente democrática e profundamente empática.

SISTEMÁTICA

Entenda e se localize no Programa.

Conforme visto na dinâmica de debates para a construção dos princípios e propostas que traremos à baila no decorrer deste documento, lançamos como base três pressupostos: **(1)** o chamamento amplo e aberto nas diversas redes sociais; **(2)** a organização dessa força programática voluntária em cinco Grupos Temáticos, para compartilhamento de informações, materiais e experiências sobre os assuntos diversos inerentes a cada GT; **(3)** a realização de encontros virtuais, em cada grupo temático, para análise, exposição e apreensão das realidades e, em momento posterior, propositura das ações concretas que compõem nossa estrutura programática. Assim, organizamos as propostas resultantes deste processo em cinco eixos. A ideia foi oferecer, dentro de cada um desses eixos, as respostas e anseios que são interdependentes entre si, de forma a proporcionar uma imagem eloquente das transformações que são estruturais para cada âmbito da nossa vida.

INDICE

EIXO UM: direito à cidade

Habitação, mobilidade, emprego e renda e poder popular.

EIXO DOIS: combate às opressões

Direitos humanos, negritude, mulheres, lgbtqia+, acessibilidade vulneráveis.

EIXO TRÊS: promoção social

Educação, cultura e arte, lazer e esporte, saúde, segurança.

EIXO QUATRO: ecossocialismo e bem viver

Meio ambiente, agroecologia, assentamentos rurais e segurança, alimentar, causa animal.

EIXO UM: Direito à Cidade trata dos verbos mais básicos para se dizer que alguém existe em qualquer espaço: morar, ir e vir, sustentar, participar e acessar. Aqui, portanto, estão as propostas sobre Habitação, Mobilidade, Emprego e Renda, e Poder Popular.

EIXO DOIS: Combate às Opressões dialoga sobre justiça social, equidade e cuidado com aqueles que estão às margens da dignidade e da representatividade. Neste eixo, você encontrará os debates sobre Direitos Humanos, Negritude, Mulheres, LGBTQIA+, Acessibilidade e Vulneráveis Sociais.

EIXO TRÊS: Promoção Social traz os nossos serviços públicos essenciais, aqueles que garantem e aperfeiçoam a cidadania. São os temas que transformam o ser humano e a sociedade, que convertem simples existências em vidas de fato: Educação, Cultura e Arte, Lazer e Esporte, Saúde e Segurança.

EIXO QUATRO: Ecosocialismo e Bem Viver reúne as lutas que atravessam e transcendem nossa sociedade humana. Falamos sobre a comunidade que queremos, no sentido antropológico e ecológico do termo. O equilíbrio ambiental é nosso direito fundamental difuso e coletivo, e sua ausência afeta todo e qualquer outro direito que possamos pactuar. Na defesa intransigente desse direito, encaminhamos propostas sobre Meio Ambiente, Agroecologia, Segurança Alimentar e Causa Animal

EIXO UM: O DIREITO À CIDADE

Habitação, Mobilidade, Emprego, Renda, Poder Popular

Itamonte é uma cidade para poucos?

Enquanto o sonho da casa própria fica cada vez mais distante, o desafio mais básico aqui é conseguir moradia decente a um preço justo de aluguel - uma missão quase impossível. As poucas e insuficientes medidas para atender às demandas por moradia social na cidade foram feitas naquele modelo ultrapassado de colocar o povo para viver nas bordas, nas margens do centro urbano, onde não chega transporte, não tem creche, não tem escola, não tem unidade de atendimento básico de saúde, não tem estruturas de lazer e segurança pública, quanto menos de produção e acesso à cultura. Enquanto isso, os bairros tradicionais da cidade, melhor localizados e estruturados, são repletos de lotes e casas desocupadas, destinados à especulação imobiliária para lucro de alguns poucos. Esse modo de pensar e conduzir os projetos de habitação é responsável pela intensificação das diferenças entre classes sociais, já que segrega para as periferias as famílias em vulnerabilidade econômica. Além disso, é importante ressaltar a violência arquitetônica que é negar ao pobre o direito de possuir um lar que representa esteticamente seus moradores, ao invés de conjuntos com milhares de casinhas idênticas. Não bastassem os problemas intrínsecos desse tipo de projeto, quando ocorrem, são longas filas de uma espera interminável para a pessoa ser contemplada.

Moradia digna é uma urgência, uma necessidade básica, e é por isso que o povo das lutas se organiza, porque sabem que o Município nada lhes dará sem luta, sabem que historicamente é assim. Precisamos acolher e respeitar nossa população que vive na cidade e no campo. Para além de regularizar o espaço, colocar o corpo técnico da Prefeitura e alocar recursos específicos para assegurar as estruturas de urbanística, serviços públicos, espaços institucionais e áreas de lazer e preservação do ambiente.

Historicamente, a cidade tem adotado uma forma de ocupação pela distribuição das famílias dos trabalhadores e das camadas menos favorecidas em bairros construídos na periferia, para além de áreas verdes e dos loteamentos vazios. Itamonte é conhecida por ser uma cidade rica, pois o índice de **renda per capita do município é de R\$36.798,34**. Nessa realidade, uma família com cinco pessoas, por exemplo, teria uma renda mensal próxima a dez mil reais. Sabemos bem que a maioria absoluta das famílias vive com muito menos recursos do que isso. Além de viverem com pouco, as principais despesas de nossas famílias, que monopolizam a maior parte da renda, concentram-se nas áreas de moradia, mobilidade e alimentação. E quanto menor a renda familiar, maior é o peso dessas despesas no orçamento. Moradia, mobilidade e alimentação são justamente setores onde as políticas municipais têm uma grande incidência e possibilidade de mudança, se houver vontade política para fazê-la.

Para haver direito efetivo à cidade, é fundamental o olhar sobre a garantia de uma gestão democrática, que aponte para a compreensão sobre como se dá a participação individual e coletiva para o acesso e exercício do poder. Isso significa que uma gestão democrática resulta da forma de partilha do poder, assim como diz respeito ao modo como se discute e se organiza a administração, tanto na condução das instituições privadas quanto na condução das instituições públicas. Itamonte se apresenta como uma cidade onde as pessoas se organizam em grupos familiares, igrejas, terreiros, clubes, associações de bairro, associações profissionais, sindicatos, partidos políticos, conselhos profissionais e conselhos de políticas públicas, dentre outras formas de organização coletiva. O exercício do poder tem sido estrangulado e agoniza, revestido do manto da participação democrática segundo a estrutura jurídica da atual Administração.

Nossa cidade vivenciou momentos em que houve a experiência do orçamento participativo como forma de gestão e de aplicação dos recursos públicos destinados à cidade. Percebe-se que a pluralidade e a diversidade de organizações coletivas estão inseridas na estrutura jurídica da sociedade, embora isso nunca se materialize em nossas realidades, de modo que a participação no acesso ao poder político e no exercício da administração pública não passa de mera formalidade. Constata-se, então, a clara divisão entre os com mais poder de consumo e as famílias em vulnerabilidade. Itamonte reproduz essa lógica de uma cidade cuja estrutura organizativa atende às formalidades da lei, mas como uma expressão descolada da situação fática. Estrangeiros, migrantes, mulheres, negros e negras, e periféricos constroem,

mas não participam da vida da cidade.

Nós acreditamos em uma cidade justa, inclusiva, moderna, planejada e produtiva. Diante de todos os desafios colocados, é urgente e indispensável a proposição de um robusto sistema de renda social que transfira recursos de maneira direta e imediata à população. Já estão amplamente comprovados os bons resultados que as políticas de transferência de renda geram para a economia e para o desenvolvimento humano, visto que o aumento da renda é um fator crucial para alavancar o consumo e a contratação de serviços nos empreendimentos locais, o que, por sua vez, cria um ambiente propício para a geração de emprego.

Queremos uma cidade inteligente que investe em geração de energia limpa, estimula a organização de cooperativas, mapeia e emprega novas tecnologias, garanta o equilíbrio fiscal e uma carga tributária justa e proporcional, combata as desigualdades e empregue os recursos públicos na formação de polos tecnológicos, como a demanda industrial por tecnologias de saúde. A seguir, apresentamos nossas propostas para a conquista definitiva do direito e acesso à cidade, à dignidade material e formal, e aos espaços de poder.

HABITAÇÃO

Revisão do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), com critérios mais justos para garantir que as famílias mais pobres sejam isentas da cobrança, além de aumentar progressivamente as contribuições de grandes imóveis, suntuosas construções e patrimônio cumulativo (IPTU progressivo). Inserir nessa cobrança o critério da função social, para sobretaxar espaços abandonados e os vazios urbanos destinados à especulação imobiliária.

Regularizar e implantar no município estruturas de urbanização, como saneamento básico, energia, recolhimento de resíduos, pavimentação, arborização, iluminação, praças e áreas verdes, limpeza e sinalização de vias, além dos serviços públicos essenciais de creche infantil, educação, atendimento básico de saúde, segurança pública, entre outros.

Implantar um robusto projeto de **Habitação Social** para atender à demanda reprimida de moradia na cidade. Além da iniciativa de abertura de novos conjuntos habitacionais, acreditamos na construção descentralizada de moradias, a partir dos espaços abertos da cidade, nas regiões já urbanizadas e centrais.

Criação de um projeto de aluguel subsidiado (aluguel solidário), de forma transitória, para atender às famílias que estão na fila do programa de Habitação Social.

Adotar critérios transparentes na organização dessa fila, estabelecendo um tempo máximo de espera.

Revisão do Zoneamento municipal, transformando e criando **Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)**, bem como a criação do Instituto Municipal de Planejamento Urbano, ligado ao Conselho do Plano Diretor, para assegurar a função social da propriedade urbana.

MOBILIDADE

Transporte público, gratuito e universal.

Implantar a tarifa zero no serviço público de transporte coletivo na cidade. Garantindo que a frota de veículos ofereça ampla acessibilidade para pessoas com deficiência, idosos, pessoas obesas, gestantes, dentre outras condições que limitam a mobilidade das pessoas.

Investir em tecnologias de mitigação da emissão de poluentes atmosféricos pelo transporte público, bem como estabelecer a compensação ambiental desses impactos. Criar uma rede de pistas e ciclovias para estimular os meios de transporte individuais de baixa velocidade.

Regulamentar e revisar os moldes de funcionamento dos meios de transporte privado, com destaque para os serviços de entrega e de transporte por aplicativo, para garantir dignidade para os trabalhadores e trabalhadoras, segurança para os usuários e ordenamento do trânsito em nossa cidade.

EMPREGO E RENDA

Implementar um Programa de Renda Social para assistência e incremento da renda familiar das pessoas periféricas e em vulnerabilidade social.

Criação da Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia, buscando parcerias com as universidades no sentido de articular políticas de inovação social e garantir financiamento e estímulo para a implantação de novas tecnologias no ambiente urbano e rural.

Investimento público no desenvolvimento de um polo industrial voltado para a saúde e tecnologia.

Estimular a formação e organização de cooperativas de pequenos empreendedores e prestadores de serviços em condição de subemprego, como entregadores, motoristas de aplicativos e catadores de reciclagem.

Regulamentação dos serviços de frete, entrega e transporte privados na cidade, estabelecendo requisitos para a segurança dos usuários e transeuntes, bem como garantias e direitos para os trabalhadores desses ramos.

Regulamentação do comércio realizado pelos feirantes no município, estabelecendo consensos com esses trabalhadores sobre as melhores estruturas e localidades para o desenvolvimento dessas atividades, repensando e aprimorando o modelo existente atualmente a partir da experiência dessas pessoas.

Criação de um cronograma para obras de reparo e ampliação das infraestruturas públicas, visando a injeção de recursos na economia local e o incentivo à criação de novos postos de trabalho, primando pela transparência nas licitações desses serviços, de forma a afastar os *lobbys* de empreiteiras.

Implementação de políticas e campanhas de incentivo ao ecoturismo e turismo rural.

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PODER POPULAR

Mobilização da população periférica e excluída para que possa se organizar em células comunitárias de discussão da realidade local, visando a participação no acesso e exercício do poder municipal.

Organização da população em núcleos de ruas, bairros e regiões-distritos, com o objetivo de efetivar a discussão coletiva através da proposição de ideias e projetos de políticas públicas para a cidade.

Organização e fortalecimento dos **Conselhos Populares** voltados à discussão e construção das **Associações de Bairros**, transformando-as em espaços de representação comunitária, superando o aparelhamento dessas entidades para a satisfação de interesses de grupos políticos locais.

Criação e fortalecimento dos **Conselhos de Políticas Públicas para Cultura, Educação, Esporte, Habitação, Lazer, Meio Ambiente, Segurança Alimentar, População Rural, Negritude, Diversidade Sexual e de Gênero, Transporte, Saúde e Direitos Humanos**, com atribuições consultivas e deliberativas sobre o acesso ao poder e o exercício da Administração Pública Municipal.

Desconcentração da estrutura administrativa municipal, aproximando a oferta dos serviços públicos da população através de núcleos instalados nas periferias da cidade. Implementação de uma estrutura administrativa virtual – **o Gabinete Virtual** – com o desenvolvimento de aplicativos temáticos para diversos assuntos de interesse da cidade, como canal direto para acesso aos serviços públicos, interação entre os munícipes e tomada de decisão sobre ações políticas e executivas municipais.

2

EIXO DOIS: COMBATE ÀS OPRESSÕES

Direitos Humanos, Representatividade, Acessibilidade, Justiça Social!

Dada a dedicação do Partido Socialismo e Liberdade à luta **contra todas as formas de opressão**, incluindo racismo, misoginia, LGBTfobia, capacitismo, intolerância religiosa, elitismo, eugenia, especismo, entre outras manifestações de injustiça social, e considerando o atual contexto de ascensão do conservadorismo, obscurantismo, fundamentalismos, neoliberalismo e fascismo, reafirmamos nossa defesa intransigente dos direitos humanos.

Um partido socialista não pode prescindir da luta antirracista como uma de suas principais bandeiras. O Brasil é uma das maiores nações negras fora da África. A população brasileira é composta por **43,1%** de pardos e **9,3%** de negros, somando ao todo **52,4%** (segundo dados do IBGE de 2018). Sua expressão numérica, como coletividade que deveria ser a estrutura basilar da comunidade política nacional, não está representada de forma equitativa em todos os níveis de nossa sociedade.

O **racismo é velado**, mas a violência que afeta o negro não deixa dúvidas de que essa população continua excluída do projeto de cidade e do progresso social brasileiro. Viver em um país onde o racismo é velado não é uma tarefa fácil, pois a geografia corporal do negro se torna um marcador social carregado de estigma. As falsas ideias e o preconceito estimulam ações sucessivas de discriminação, que impulsionam a violência generalizada contra a população negra, principalmente a violência que vem do Estado.

A diáspora dos povos e nações étnicas africanas para o Brasil criou uma condição brutal de exploração do trabalho e controle do povo negro. O sistema social escravista estabeleceu

uma nova geografia e disposição social de interação do negro na sociedade de classe pós-abolição. A situação de subalternidade continua sendo uma regra vigente e “normal” no Brasil.

O tema racial é um assunto que deve ser tratado e debatido amplamente pela negritude e pela branquitude. É crucial eliminar esse problema, tratar e suprimir o racismo, e garantir que as práticas antirracistas neutralizem e eliminem ações racistas. Ser antirracista envolve tecer um artesanato e uma arquitetura enunciativa que desfaçam o novelo doloroso das práticas discriminatórias, por meio de exigências e ações pedagógicas que superem a estrutura do racismo. É necessário questionar e instituir uma nova pedagogia moral que desarme e alerte sobre o que é o racismo, visando uma nova solidariedade moral.

Resgatar e estimular a produção e o acesso à memória do povo negro é o primeiro passo. A **Lei 10.639/2003**, que institui o ensino da história afro-brasileira, garante o combate ao racismo por meio da educação, representando um marco na luta antirracista. Instigar novas diretrizes e ações no seio social é crucial para um novo programa solidário antirracista, que consiga despertar a empatia que norteia o respeito à diversidade. Há muito ainda a ser feito, já que muitos profissionais da educação não foram devidamente capacitados para trabalhar a história e cultura afro-brasileira, e o próprio sistema educacional padece de ações concretas nesse sentido.

Enquanto isso, a produção intelectual e bibliográfica negra é aniquilada, sofrendo um contínuo processo de banimento e desvalorização, que oculta o conhecimento de matriz afro-brasileira e reduz a oportunidade de representatividade de um saber que pode abrir novos caminhos educacionais. O saber educacional, embranquecido em seu discurso enunciativo, provoca no cotidiano escolar um desfoque na autoestima negra, pois o diálogo é distanciado das condições de vida do estudante. Esse silêncio epistemológico, que aniquila e impede a construção da valorização do saber negro, estimula o fracasso escolar, pois a escola permanece distante das demandas reais da população pobre, negra e periférica.

A promoção de políticas afirmativas veio, em ampla medida, dar visibilidade à população negra, pobre e periférica. Por outro lado, grupos abastados e hegemônicos em seus privilégios protestam contra a validade e eficácia das ações afirmativas, alegando, na defesa de seus próprios privilégios, que “cota é um roubo”. É importante lembrar que a condição de uma pessoa negra em um espaço historicamente dominado por brancos não é a mesma de um

professor, engenheiro, economista, cientista ou médico. As ocupações mais comuns e repetidas de geração em geração para negros e negras são geralmente funções como porteiro, segurança, gari, cantineiro, pedreiro, pintor, jardineiro, empregada doméstica, entre outras. Ou seja, há um “lugar” social reservado ao negro que precisa ser desconstruído. Não aceitamos uma “função de negro”; queremos outras formas de representatividade que garantam lugares de fala e participação no poder. É preciso fazer muito mais, pois a subalternização cria fragilidades sociais e econômicas. Uma cidade que investe, qualifica e cria oportunidades de trabalho formal, assegurando direitos aos seus cidadãos, beneficia-se tanto economicamente quanto socialmente.

Lutamos por mais representatividade negra. As condições materiais de existência da população negra são limitadoras. Essa situação limitante das condições de vida não abre espaço para os sonhos: a fome, o medo de ser despejado, de perder o pouco conquistado, leva os jovens a trocar os bancos escolares pelo trabalho. A juventude negra sem qualificação profissional se torna o sustento da família, constantemente assediada pelo crime e pela violência. Os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública confirmam o que a sociedade brasileira não deseja ver: a população negra representa **55,8%** dos brasileiros e é o grupo social que mais sofre com a violência. Em dez anos de levantamento e mapeamento dos homicídios no Brasil, constatou-se, em 2016, que **71,5%** dos assassinatos têm como alvo a população jovem negra. O abuso e a seletividade da extensão da violência contra o negro não deixam margem para outro entendimento: o extermínio e o genocídio da população negra. O Estado desempenha um papel central na segurança da população branca, enquanto as vidas negras são exterminadas a cada operação policial.

Quando os jovens da periferia se dirigem ao centro em busca de lazer, são frequentemente monitorados, constrangidos e humilhados pela segurança pública. O uso da violência como forma de manter a ordem social evidencia claramente como o direito à cidade é negado à população pobre e negra. A violência divide nossa sociedade. O emprego da violência como meio de mediação social demonstra o quão desigual, segregada e racista é nossa sociedade.

As condições estruturais de vida da população negra, somadas às péssimas condições de moradia, educação, qualificação profissional, acesso ao lazer, segurança alimentar e saúde, têm intensificado o adoecimento mental e contribuído para o aumento dos casos de suicídio

entre os jovens negros. Urge a implementação de políticas públicas de assistência à saúde mental da população pobre e periférica.

O que Itamonte tem feito para combater o racismo e todas as formas de discriminação?

Falando em maiorias, é indispensável colocar as demandas de igualdade, dignidade, segurança e valorização das mulheres de nossa cidade. Defendemos a inclusão dos serviços de denúncia e suporte para mulheres vítimas de violência como parte dos serviços essenciais que devem ser oferecidos pelo município. Não apenas políticas de punição ao agressor, mas também o acolhimento e cuidado com as vítimas são fundamentais. É preciso avançar em medidas que garantam, de fato, segurança e meios de subsistência para as mulheres: disponibilização de imóveis vazios e acomodações para abrigá-las e seus filhos, além de uma renda mínima para garantir seu sustento, emprego e acesso ao aluguel social.

Além das medidas materiais, é necessária uma campanha pública garantida pelo município, elaborada em conjunto com as organizações de defesa dos direitos das mulheres, para combater ideologicamente o machismo, a misoginia e a violência sexista. É crucial ampliar o apoio e a vigilância contra a violência doméstica, intrafamiliar e no trabalho, envolvendo autoridades como a Defensoria Pública, as Delegacias de Polícia Civil, a Polícia Militar, o Ministério Público Estadual, o Poder Judiciário, os Conselhos Tutelares e outros órgãos competentes.

Acreditamos em uma cidade que cuida de suas mulheres periféricas, em sua maioria negras, que precisam ter acesso periódico às campanhas de saúde da mulher, com especialidades, exames e acompanhamentos adequados.

É necessário realizar campanhas de sensibilização com foco na questão da violência doméstica durante o isolamento social, além de abordar o sofrimento emocional causado pelo medo e pela perda da condição econômica, com especial atenção às mulheres que trabalham nos setores da saúde, higiene e limpeza.

É fundamental aprofundar as medidas de educação básica para combater a masculinidade tóxica e subverter a cultura popular que perpetua o trabalho não remunerado relacionado aos cuidados domiciliares, visto como obrigações tipicamente femininas.

Políticas educacionais devem desconstruir os estigmas sociais associados a uma cultura de maternidade compulsória e incluir o ensino da sexualidade nas escolas, visando prevenir e expor os abusos sexuais frequentemente praticados no ambiente doméstico.

Defendemos os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. No Brasil, o país registra o maior número de mortes de mulheres em procedimentos abortivos clandestinos. Essas mulheres são majoritariamente pobres, negras e periféricas. Independentemente das circunstâncias que levam uma mulher a interromper a gravidez, deve ser garantido o procedimento para preservar a saúde e a sua integridade.

Temos ainda, entre as mulheres, um recorte social em que as opressões se intensificam: as mulheres trans. Essas mulheres precisam ser reconhecidas e inseridas no ambiente formal de trabalho, encerrando os estigmas sociais que as relegam apenas a trabalhos de natureza sexual, o que também as expõe à violência urbana.

Consideramos essencial a luta por políticas públicas que celebrem a diversidade, promovam a visibilidade e garantam a liberdade de amar e de se sentir bem para as pessoas **LGBTQIA+**. Entendemos também que é crucial implementar ações que combatam as estruturas que historicamente excluem pessoas LGBTQIA+ de direitos básicos, como educação e saúde, do mercado de trabalho e de condições dignas de vida.

A luta contra preconceitos e discriminações de gênero e orientação sexual se justifica porque são fatores que aprofundam desigualdades e contribuem para exclusões na sociedade capitalista. Além do sofrimento individual imposto às pessoas que enfrentam tais preconceitos, essas práticas insinuam que alguns indivíduos, devido à sua orientação sexual ou identidade de gênero, possuem menos direitos do que outros. Dessa forma, a opinião pública se torna menos empática quando as vítimas da violência, do desemprego e da miséria são gays, lésbicas, travestis, pessoas trans e outras expressões não heteronormativas, o que contribui para uma "naturalização" da exclusão dessas pessoas do mercado de trabalho e do acesso a direitos mínimos.

Nossa luta se opõe ao que tem sido caracterizado como identitarismo, pois questionamos as estruturas que perpetuam preconceitos de gênero e de orientação sexual, além

das rotulações compulsórias e auto definidoras. Da mesma forma, não podemos nos contentar com perspectivas liberais de representatividade, que sugerem que a visibilidade de alguns indivíduos gays, lésbicas e pessoas trans seja suficiente para superar as opressões mencionadas. Eleger pessoas LGBTQIA+ sem um compromisso real com políticas públicas que garantam o acesso da comunidade LGBTQIA+ aos direitos básicos e a uma condição de vida digna não traria benefícios significativos.

O combate à homofobia, lesbofobia e transfobia deve sempre considerar os condicionantes de classe, pois pessoas LGBTQIA+ em situação de pobreza ou miséria, em condição de subcidadania ou pertencentes ao proletariado, sofrem os impactos das opressões de forma muito mais dramática do que membros das elites.

Há que se reconhecer que, apesar da sigla abrangente, a luta LGBTQIA+ deve manter o esforço contínuo para aprimorar o diálogo e a colaboração entre gays, lésbicas, bissexuais, pessoas trans e demais expressões. Historicamente, pessoas trans, travestis e drags, que se mobilizaram em manifestações e organização de paradas memoráveis, nem sempre foram devidamente reconhecidas. Cada denominação de gênero e orientação sexual possui necessidades específicas e enfrenta violências específicas, estando expostas a graus variados de vulnerabilidade. É preciso reconhecer isso para elaborar políticas mais assertivas e fortalecer a solidariedade entre os indivíduos que se abrigam sob a sigla. Em diferentes municípios brasileiros, já se assinala um aumento no número de travestis e pessoas trans em situação de rua, o que explicita a invisibilidade e a vulnerabilidade a que são submetidas.

Não menos importantes, os debates e as ações em prol da comunidade LGBTQIA+ devem atentar-se para a intersecção entre marcadores de gênero, raça, classe e orientação sexual. Uma pessoa trans, negra e periférica, por exemplo, está exposta a opressões sobrepostas. A intersecção dessas opressões acarreta na lastimável realidade em que mesmo indivíduos que estão expostos a uma determinada forma de preconceito, como homens gays brancos de classe média, acabam reproduzindo preconceitos contra outras existências da comunidade LGBTQIA+.

A luta deve pautar-se nas políticas públicas em prol da população LGBTQIA+, buscando mais representatividade nos espaços políticos e garantindo que nessas esferas a fala e a presença das pessoas LGBTQIA+ sejam respeitadas, confrontando qualquer tentativa de

apagamento e silenciamento. Em tempos de avanço da extrema direita, torna-se urgente combater falsos moralismos e obscurantismos que reforçam a transfobia, homofobia e lesbofobia no imaginário popular. No entanto, isso nunca deve estar dissociado da luta contra as estruturas do capitalismo que permitem e perpetuam o machismo, racismo e LGBTfobia.

O PSOL, que já apresenta um número considerável de pré-candidaturas LGBTQIA+, é também o partido de Marielle Franco, Jean Wyllys e Érica Hilton, parlamentares que foram e continuam sendo constantemente atacados. Isso culminou no assassinato de Marielle e na saída de Jean do país, destacando a importância da luta contra as discriminações de identidade de gênero e/ou orientação sexual para o partido. Ao dialogar sobre as prioridades do **Partido Socialismo e Liberdade**, entendemos que a garantia da acessibilidade é um direito fundamental para o desenvolvimento e a dignidade da pessoa.

Neste sentido, Itamonte é uma cidade cuja estrutura não proporciona o completo exercício do ir e vir para as pessoas com deficiência, especialmente para aquelas que apresentam maiores limitações de mobilidade. Basta observar a disposição e construção dos prédios, ruas, praças, do transporte, da sinalização e das estruturas urbanas. Há exclusão inclusive nas estruturas dos prédios públicos, como escolas, centros de cultura e espaços de lazer, além de prédios comerciais, calçadas, pavimentos e passeios, entre outros espaços físicos.

Na cidade, há um grande contingente da população composta por pessoas com deficiências físicas ou mentais. Essas pessoas são de diferentes faixas etárias: crianças, jovens, adultos e idosos. Elas estão presentes em diversas classes sociais, mas predominantemente nas periferias da cidade, muitas vezes vivenciando situações de carência social ou pobreza extrema. No entanto, não há informações precisas sobre quantas são e onde estão localizadas essas pessoas. Existe uma invisibilização desses indivíduos, pois não estão integrados à vida da cidade, não participam de estudos e estatísticas abrangentes e frequentemente são ocultados até mesmo no âmbito familiar.

Percebe-se, no entanto, a existência de um esforço por parte de instituições privadas, como associações, que realizam o trabalho de acolhimento das pessoas com deficiência. Essas atividades são predominantemente conduzidas através do trabalho voluntário, com algum apoio e incentivo público. O município também tem desenvolvido algumas iniciativas em parceria com **APAE** e outros órgãos públicos e instituições privadas para promover a

integração das pessoas com deficiência no ambiente escolar. No entanto, há uma carência de profissionais qualificados e treinados para uma educação inclusiva que considere a diversidade e os diferentes níveis de gravidade dessas limitações.

Existe, de fato, o **Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência**. No entanto, sua função é consultiva, não tendo poder de deliberar sobre ações públicas para concretização do direito à acessibilidade ou para o desenvolvimento dessas iniciativas. Nosso município também dispõe de um **Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência**, cujos recursos podem ser empregados na implementação das estruturas e serviços necessários.

Observa-se que a realidade de Itamonte revela uma cidade onde as políticas públicas não atendem adequadamente às necessidades e à efetivação do direito à acessibilidade para a população. Além disso, para as pessoas com deficiência, o acesso às condições mínimas adequadas às suas necessidades é negado, o que não condiz com a realização da dignidade humana como princípio universal.

DIREITOS HUMANOS

A criação da **Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Promoção Social**, terá a competência de elaborar, coordenar e fiscalizar a Política Municipal de Direitos Humanos, além da execução direta das ações deliberadas nos Conselhos de representação popular, de forma horizontal e interseccional, respeitando as necessidades específicas da população. A inserção dos debates sobre direitos humanos em todos os âmbitos educacionais, culturais e na formação continuada dos nossos servidores públicos, visando politizar e ampliar o entendimento sobre o respeito à coletividade, à diversidade e às manifestações heterogêneas da sociedade.

NEGRITUDE

A criação da **Subsecretaria de Igualdade Racial e Combate ao Racismo**, vinculada à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Promoção Social, visa fortalecer e ampliar as competências do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR), garantindo que suas deliberações resultem em políticas públicas concretas e eficazes para a

população negra. Além disso, instituir mecanismos de combate à intolerância religiosa e cultural, com ênfase na defesa das religiões e da cultura de matrizes africanas.

Criar uma política de incentivos fiscais para o empreendedorismo da população negra e periférica.

Implementar no âmbito municipal os parâmetros estabelecidos pela **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**, com o objetivo de promover a equidade etnicorracial nas políticas de saúde da cidade.

Inserir no currículo da educação a memória social e cultural local da população negra e suas tradições.

Instituição de cotas para a população negra no acesso às creches.

Combate à estigmatização social das atividades culturais da comunidade negra, paralelamente à garantia de infraestruturas e espaços urbanos destinados à expressão dessas manifestações culturais, a exemplo do congado, das danças tradicionais de roda, do funk, do rap, do hip-hop, do grafite, e demais formas de cultura atreladas ao povo negro.

MULHERES

Ampliação dos meios de denúncia da violência contra a mulher, articulando, em conjunto com outras instituições do Estado, políticas efetivas de acolhimento das mulheres vítimas de abuso.

Criação de um programa de educação, além de campanhas de conscientização, visando combater a misoginia, a cultura do estupro, o machismo, o sexismo e a masculinidade tóxica, estabelecendo assim as bases para alcançarmos efetivamente a equidade social, salarial e de oportunidades para as mulheres.

Efetivação da inclusão dos temas relacionados à prevenção da violência contra a mulher, das crianças e adolescentes nos currículos escolares, conforme prescrevem a **Lei**

Maria da Penha e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Criação de ouvidorias e guichês com protocolos e instituições públicas para coletar e encaminhar as denúncias sobre violência contra a mulher, bem como auxiliar na capacitação das pessoas que lidam com estas demandas.

Criação de um programa de incentivo à contratação de mulheres trans no mercado de trabalho formal.

Estabelecimento de políticas públicas para atender às necessidades materiais, sobretudo de saúde, higiene e prevenção sexual, das mulheres.

Criação de um Programa de aproximação, capacitação, orientação e apoio a todas as famílias que optem pela adoção, incluindo também as famílias com conformação parental diversa, levando sempre em conta o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

ACESSIBILIDADE

Criação da **Subsecretaria de Acessibilidade da Pessoa com Deficiência**, vinculada à Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Representatividade e Promoção Social.

Fortalecimento do **Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência**, atribuindo a este natureza deliberativa em matéria de ações e políticas públicas para a acessibilidade.

Fazer cumprir as normas do **Código de Posturas do Município** no sentido de fiscalizar e orientar a reestruturação das construções prediais atuais e futuras para garantia de acesso aos prédios públicos ou privados.

Reestruturação dos espaços públicos, a exemplo de ruas, praças, calçadas, pavimentos e sinalização de trânsito, para que estas estruturas possibilitem a acessibilidade geral e, de modo particular, para as pessoas com deficiência.

Financiar levantamentos, estudos e estatísticas que apresentem o mapeamento da

localização e condições de vida das pessoas com deficiência, base a partir da qual se dá a construção de políticas públicas específicas.

Fomentar e incentivar a integração da pessoa com deficiência à vida da cidade por meio de ações educacionais, desportivas e culturais, para desenvolvimento das habilidades, inclusive para práticas laborais.

Desenvolver ações de acompanhamento das famílias de pessoas com deficiência, com apoio econômico-financeiro e psicoterapêutico, no sentido de fortalecer o espaço de convivência familiar e de integração social.

Implantação de Restaurantes Populares com dietas prescritas por profissional habilitado e alimentos advindos da agricultura familiar e das hortas orgânicas urbanas.

Subverter a cultura de higienização social dos espaços urbanos, garantindo acolhimento às pessoas em situação de rua e simplificando os procedimentos burocráticos para acesso a essas políticas de assistência social.

Expandir as estruturas e o alcance dos **Centros de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas (CAPS-AD)**, de modo a propiciar amplo auxílio e tratamento às pessoas adictas e ébrias habituais.

Elaboração de um programa de educação voltado à superação da xenofobia e do estigma social criado em torno da população imigrante, que acaba excluída e coibida em suas necessidades mais básicas.

Criação de um calendário de feiras itinerantes voltadas a essas expressões artísticas.

Criação do **Conselho Municipal da Pessoa Idosa e Combate à Gerontofobia**, vinculado à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Promoção Social.

Execução de um programa de combate ao abandono e à violência contra o idoso, estabelecendo canais de denúncia e estruturas de acolhimento.

Ampliação de projetos como o condomínio do idoso, incluindo o acompanhamento por especialistas em gerontologia, além de equipes multidisciplinares voltadas à saúde física e mental e o desenvolvimento humano dessas pessoas.

Criação de novos espaços e fortalecimento dos já existentes para integração, convívio e lazer para os idosos, que operem de maneira descentralizada nas periferias, distritos e zona rural.

Inclusão, nos currículos escolares, de textos, debates e dinâmicas que pautem direitos humanos e que dialoguem diretamente com a realidade social, racial, de gênero e diversidade dos nossos jovens. Propiciar espaços de discussão sobre os nossos direitos fundamentais para formação de cidadãos e cidadãs que conheçam a estrutura legal que os protege e saibam como exigi-la.

EIXO TRÊS: PROMOÇÃO SOCIAL

Educação, Cultura, Saúde, Segurança, e Lazer!

Neste eixo, abordaremos o que é mais básico, basilar e essencial à promoção da vida humana em sociedade: as estruturas públicas que garantem nossa vida, integridade, preparação para o mundo e bem-estar social. É preciso ouvir e compreender as vozes da cidade, do campo, das comunidades, dos periféricos, dos pequenos e, a partir disso, subverter os modelos de gestão tradicionais que não servem e não ecoam essas vozes.

Para isso, o poder público não pode se comportar como um balcão de negócios, onde políticas públicas são transformadas em moeda de troca. Pelo contrário, deve funcionar como um instrumento de promoção do interesse público, fortalecendo os serviços que tanto interessam àqueles que não têm a quem recorrer, senão à coletividade representada por um Estado democrático e participativo.

Das artes ao lazer, da saúde à educação, da segurança pública à mobilidade, do esporte às festas tradicionais, nosso objetivo é trabalhar por uma cultura de preservação e ampliação dos direitos, permitindo-nos corrigir distorções e atacar privilégios.

Entendemos que a educação não é mercadoria e deve preparar as pessoas para a vida, para o exercício da cidadania e para assegurar o desenvolvimento cognitivo. Nesse sentido, compreendemos que a prefeitura deve assumir a gestão absoluta da educação no município, que atualmente é compartilhada pela perspectiva privada na gestão administrativa pedagógica de seus estabelecimentos de ensino.

Temos como pressuposto a reestruturação que visa garantir à **Administração Pública Municipal** a gestão pedagógica e administrativa dos estabelecimentos municipais de educação. Isso deve ser feito respeitando os princípios democráticos na gestão educacional, na liberdade

e autonomia pedagógica, na valorização das carreiras das educadoras e educadores, e no respeito à laicidade do Estado. Entendemos que a defesa desses princípios requer uma gestão pública, democrática e transparente das escolas e creches, opondo-se à sua transferência para entidades de gestão privada, como as organizações sociais.

O **PSOL** apresenta um projeto democrático e popular para Itamonte, com a gestão integral da educação pela Prefeitura Municipal. Todos os recursos financeiros serão destinados para melhorias na comunidade escolar em todos os seus aspectos, incluindo a ampliação de vagas e a melhoria das estruturas existentes. Defendemos uma **Secretaria Municipal de Ensino** com um projeto estruturalmente inclusivo, fundamentado no financiamento público-estatal e na gestão democrática, construída em colaboração com educadoras, educadores e a comunidade externa. Este projeto deve proporcionar ampla liberdade pedagógica e promover o desenvolvimento sociocultural de nossa juventude, conforme os princípios do **Estatuto da Criança e do Adolescente**.

Em relação a esse aspecto sociocultural, Itamonte é privilegiada pela pluralidade de povos que historicamente chegam, passam, partem, retornam e ocupam nossa região. Isso se reflete na ampla diversidade cultural presente em nosso território, que se manifesta nas inúmeras expressões artísticas tradicionais, na produção teatral, na música, nas danças típicas, nas artes plásticas, na arquitetura local, na culinária, nas religiões, no folclore e nas nossas paisagens. Esta diversidade cultural é o principal elemento que caracteriza a cidade e forma a identidade de sua população.

Nós temos danças de roda, rodas de viola, festas juninas, quermesses, folia de reis, romarias, carnaval, rodas de samba e pagode, além de grupos de rap e hip-hop. São gerações de artistas e agitadores culturais que sincretizaram e solidificaram nossas raízes nesta terra, contribuindo para a formação de um imaginário comum.

Essas manifestações tradicionais, assim como as novas formas de expressão que surgem cotidianamente, se aperfeiçoam nos espaços e estruturas públicas de convívio e lazer. Nesse sentido, é essencial que esses espaços e estruturas estejam abertos, descentralizados e acessíveis à população: nossas escolas, praças, teatros, tendas, parques, áreas verdes e arquibancadas. Todas são estruturas essenciais para a expressão real da dignidade humana. Se esses espaços não existem, a vida das pessoas se reduz ao trabalho e à subsistência. Precisamos

de muito mais do que subsistir; precisamos viver e existir! Sem lazer, arte e cultura, isso não é alcançado.

Em relação ao estado de bem-estar social, o acesso às práticas desportivas desde a primeira infância é um elemento crucial para a saúde física e mental, educação, desenvolvimento humano e experimentação da cidadania. O esporte representa, para a maioria das pessoas, uma das primeiras experiências de trabalho coletivo e empatia com as próprias e alheias limitações. Devemos garantir uma política que amplie e universalize as modalidades esportivas oferecidas nas unidades educacionais voltadas para a juventude, bem como nos parques, centros de convivência e lazer da cidade. É essencial estimular a expansão das estruturas públicas para abranger essas atividades, assim como aprimorar as especialidades técnicas específicas de cada tipo de prática esportiva.

Uma cidade que quer combater a criminalidade e a desigualdade social investe em educação, cultura, lazer e esporte.

Uma cidade que quer combater o analfabetismo e o subemprego investe em educação, cultura, lazer e esporte.

Uma cidade que quer uma vida saudável e segura para seu povo investe em educação, cultura, lazer e esporte.

E quando se trata de saúde e vida, o povo de Itamonte não tem muito do que se orgulhar. Temos que defender o nosso **Sistema Único de Saúde**, que sobrevive dos esforços dos seus valorosos servidores: especialistas mal remunerados e sobrecarregados, que se arriscam na linha de frente dos genocídios cotidianos proporcionados pelos descasos da gestão pública. A pandemia de 2020 expôs as vísceras desse projeto de sucateamento do sistema público. Enquanto isso, o pobre morre na fila do exame, não consegue atendimento especializado, não tem acesso aos medicamentos adequados, sofre e se debilita à espera de um procedimento cirúrgico.

É preciso otimizar o agendamento de consultas, com retornos e exames em curto prazo, não ultrapassando mais que trinta dias de espera para esses serviços. Precisamos priorizar o atendimento com diversas especialidades e técnicas regulares da medicina moderna. É

essencial incluir pessoas com deficiência, doentes terminais e idosos em nossos protocolos prioritários no município. Além disso, é necessário ajustar o funcionamento das estruturas de saúde para que os trabalhadores possam realizar consultas ou procedimentos eletivos antes ou após seu turno laboral.

É imprescindível promover núcleos de assistência às diversas demandas, como saúde da mulher, do idoso, do adolescente, de pessoas com deficiências, do povo do campo, e prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, entre outras especificidades.

Defendemos a municipalização completa da saúde, com gestão total pela Prefeitura, além da efetiva participação popular através dos **Conselhos e Fóruns de Saúde Pública**. Também é crucial o acolhimento aos anseios, dúvidas e reclamações dos usuários e usuárias dos sistemas de ouvidoria. Precisamos cuidar daqueles que cuidam da nossa gente! Nesse sentido, defendemos a criação de um Centro de atendimento multiprofissional aos profissionais da área de saúde, para acompanhamento contínuo e facilitado dessa parcela vulnerável da população.

Estrutural também é o sexismo na nossa sociedade, que expõe as mulheres ao abuso sexual, físico e psicológico. É estrutural a violência institucional contra nossas crianças e adolescentes, que ingressam na criminalidade por falta de educação e oportunidades. Nesse aspecto, a Segurança Pública possui três pontos essenciais para um bom projeto de gestão pública: o respeito à população, considerando sempre as necessidades para a segurança de cada comunidade e os direitos de cada ser humano, promovendo sempre o diálogo com a sociedade.

A estrutura material oferecida pelo Poder Estatal, relacionada à infraestrutura e ao emprego de tecnologias, inclui a qualificação profissional continuada em direitos e garantias fundamentais, desmilitarização e reorganização das estruturas de comando e inteligência.

É essencial garantir o respeito ao servidor e servidora da **Segurança Pública** enquanto trabalhadores e trabalhadoras, assegurando o direito a uma carreira justa e compensatória, segurança pessoal, vida, saúde e bem-estar físico e mental.

O debate sobre segurança pública não se limita aos órgãos estabelecidos na **Constituição Federal**, ele é muito mais amplo. O Estado oferece segurança ao promover e

disponibilizar à sociedade estruturas essenciais de urbanização, como iluminação pública, fiscalização e monitoramento de atividades, construções e benfeitorias, além de apoiar as organizações de moradores e gerir os vazios urbanos. Eixo Dois desse Programa, é fundamental para garantir a efetividade das políticas de segurança pública, reduzindo a reincidência das práticas ilícitas.

A partir das análises dos nossos serviços essenciais, sintetizamos a seguir as propostas que guiarão este projeto de subversão das prioridades e privilégios na prestação desses serviços, efetivamente garantindo a porta de entrada da população à vida em sociedade, ao acesso à dignidade, ao bem-estar e à vida. Acreditamos que esses são os direitos mais básicos e substanciais do nosso povo!

EDUCAÇÃO

Garantir a Prefeitura Municipal como gestora dos estabelecimentos municipais de ensino, diminuindo gradativamente a transferência de recursos públicos para as Organizações Sociais privadas que hoje promovem a gestão das **Instituições Municipais de Ensino**. Garantir a liberdade de expressão na escola, tanto para a plena manifestação do estudante quanto para o pleno exercício da docência pelo professor. Defendemos a liberdade do professor para adaptar o currículo às realidades socioeconômicas, planejar aulas e dinâmicas, e tratar o conteúdo de forma crítica.

Garantir a valorização financeira e a formação profissional permanente para as trabalhadoras e trabalhadores da educação do município, comprometendo-se com o pagamento do piso salarial nacional aos profissionais de educação.

Criar, em conjunto com as entidades de representação, um **Plano de Carreira** adequado, justo e condizente com a profissão.

Promover a reabertura de turmas da **Educação Básica e de Jovens e Adultos (EJAs)** na Zona Rural.

Construir, por meio do nosso pensamento acadêmico, uma educação emancipadora,

baseada no estímulo ao pensamento crítico e à formação de valores democráticos.

Construção de novas unidades e estruturas de educação básica e creches, ampliando as unidades já existentes, o número de servidores e servidoras, e o número de vagas disponíveis, de modo a garantir o acesso à educação pública, gratuita e universal para todas as crianças e jovens da nossa cidade.

Estabelecer consensos sobre iniciativas para elaboração de um procedimento eleitoral e democrático para a escolha dos cargos de Direção nas unidades de ensino.

Fortalecer a parceria e o intercâmbio de experiências e serviços entre a **Secretaria Municipal de Educação e Universidades Federais**.

Garantir a transparência das informações sobre os gastos específicos da Secretaria Municipal de Educação, apresentando-as de maneira simples e didática.

Aplicação efetiva da **Lei Nacional de Inclusão**, em sua totalidade, concernente à constituição de uma equipe de especialistas concursados para acompanhamento permanente do processo de formação educacional de estudantes com deficiência e auto debilidade.

Aplicação efetiva da **Lei 11.645/2008**, no que tange à inclusão obrigatória do ensino sobre a história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo oficial da nossa rede de ensino.

Articular e defender que o repasse de verbas para a educação, no contexto pós-pandemia, não sofra diminuição de recursos com base nos indicadores de 2020.

CULTURA E ARTE

Criar, ampliar, descentralizar, estruturar e promover acesso aos espaços urbanos e infraestruturas específicas de arte nas comunidades periféricas, valorizando e dando visibilidade às manifestações artísticas produzidas na periferia.

Abrir os espaços já existentes, como escolas e centros públicos, para o convívio, lazer

e ocupação cultural pelas famílias aos fins de semana.

Desburocratizar os editais de financiamento público de arte e cultura, oferecendo plataformas simples e intuitivas para a proposição de projetos, contemplando iniciativas para eixos temáticos específicos, como pessoas com deficiência, pessoas negras e pessoas periféricas.

Viabilizar circuitos e programas de arte gratuitos e acessíveis à população, criando a tradição de ocupação desses espaços e familiarização com as mais diversas linguagens.

Garantir meios materiais para o contato e produção de arte nas escolas municipais, não só para as crianças e jovens, como também para a comunidade como um todo.

Promover a ocupação artística e cultural das nossas praças, parques, áreas verdes e espaços urbanos periféricos através de um amplo calendário temático.

Ocupar este calendário com agendas de exposição de produções cinematográficas regionais; apresentações e oficinas de teatro, dança, música e circo; festivais de fotografia e grafite; manifestações tradicionais como a capoeira e o folclore; expressões culturais do povo negro e periférico; manifestações religiosas de todos os espectros; expressões culturais dos nossos imigrantes; eventos sobre educação ambiental e bem-estar social; saúde mental, entre diversas outras temáticas que devem ocupar esses espaços.

Oportunizar, junto às atividades, concursos e prêmios de incentivo à participação e produção de cultura e arte.

Elaborar um circuito robusto para mostras estudantis de teatro, música, dança, circo e grafite.

Estabelecer uma bolsa cultura para acesso e custeio das atividades culturais variadas à juventude e pessoas socialmente vulneráveis.

Instituir escolas e laboratórios de formação técnica continuada para os artistas e artesãos da nossa cidade.

Fortalecer as políticas e diretrizes de preservação do patrimônio material e imaterial do município de Itamonte, valorizando as iniciativas de manutenção, criação e cuidado de acervos, segurança, equipe e patrimônio da Casa da Cultura Liberato Torino.

Implementar políticas afirmativas para garantir a manutenção e a segurança do acervo existente, além de promover a capacitação contínua da equipe.

Buscar parcerias com os governos federal e estadual para a criação, financiamento e consolidação de um museu dedicado à valorização da cultura mineira, regional e itamontense.

Valorizar o patrimônio humano local, incentivando e promovendo as diversas expressões artísticas, como música, dança, fotografia, artes plásticas, teatro, gastronomia, audiovisual, religiosidade, folclore e outras manifestações da criatividade local.

Desenvolver programas e eventos que celebrem e promovam a cultura e as tradições regionais, fortalecendo a identidade cultural do município.

Afirmar as políticas culturais criadas e incentivadas pelo governo federal e estadual, como a Lei Paulo Gustavo (LPG) e a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB). Bem como, fortalecer os grupos formadores de opinião que promovem as práticas culturais no município de Itamonte.

Implementar programas de apoio aos produtores de leite e queijo, fornecendo subsídios e assistência técnica para melhorar a qualidade e a quantidade da produção. Oferecer cursos e workshops voltados para a capacitação dos produtores, abordando técnicas modernas de produção, higiene e segurança alimentar.

Desenvolver campanhas de marketing para divulgar a cultura leiteira e os queijos locais, tanto em eventos regionais quanto nacionais, destacando a qualidade e a tradição da produção itamontense.

Facilitar o acesso dos microprodutores às feiras e eventos locais, estaduais e regionais, em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e Sindicato Rural de Itamonte. Garantir que pequenos produtores tenham oportunidades iguais de

exposição e venda de seus produtos.

Estabelecer parcerias com o setor privado e cooperativas de produtores para fortalecer a cadeia produtiva e aumentar a competitividade dos produtos locais. Incentivar a certificação de produtos, assegurando padrões de qualidade e autenticidade que valorizem e diferenciem os queijos e produtos lácteos da cidade no mercado. Organizar e promover feiras e eventos específicos para a divulgação dos produtos leiteiros, incentivando a participação de produtores e consumidores e fortalecendo a economia local.

LAZER E ESPORTE

Promover a revitalização das praças, calçadões, espaços urbanos e infraestruturas esportivas já existentes, realizando a manutenção e ampliação dos equipamentos e dos serviços oferecidos.

Criar novos centros descentralizados para ensino e prática esportiva, além de novas praças e calçadões, garantindo a presença de instrutores qualificados para diversos tipos de atividades esportivas e de lazer.

Garantir a existência de todas essas estruturas de esporte e lazer nas regiões periféricas, bem como o acesso dessas populações aos eventos realizados nas estruturas centrais.

Certificar o acesso à internet pública e gratuita nas praças centrais, praças dos bairros periféricos, praças de distritos e nos centros de convivência dos assentamentos rurais.

Criar um programa de promoção do esporte nas escolas, ampliando as possibilidades de modalidades esportivas e promovendo o intercâmbio entre os estudantes-atletas por meio de campeonatos.

Estruturar nossos parques, áreas verdes e unidades de conservação municipais, preparando-os e equipando-os para visitação pública, além da criação de novas unidades e áreas de proteção da nossa beleza cênica, como cachoeiras, Campos de Altitude e manchas de araucárias.

SAÚDE

Horizontalização e transversalização do serviço público de saúde, através da criação de novos centros de atendimento (UPAs, hospitais, entre outros) nas comunidades periféricas, nos distritos e para a população rural, incluindo a ampliação de novos leitos e especialidades nas estruturas já existentes.

Garantir a atenção primária, secundária e terciária de maneira rápida e eficiente para todos, bem como assegurar a realização de exames e retornos de forma célere, além de subsidiar os medicamentos adequados.

Ampliar o contingente de trabalhadores concursados no nosso sistema público de saúde, garantindo ampla divulgação e transparência nos processos.

Realizar monitoramento de riscos e auditorias preventivas (Compliance) na gestão do nosso sistema de saúde pública, fortalecendo a participação popular por meio das ouvidorias.

Promover o desestímulo gradual dos repasses às Organizações Sociais, priorizando o investimento nas estruturas públicas estatais.

Intensificar o **Programa de Saúde da Mulher**, dos grupos de risco e das pessoas com deficiência.

Efetivar o atendimento do **Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)** no município de Itamonte.

Alargar as estruturas e o alcance dos **Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)** e demais estruturas relacionadas à saúde mental, incluindo o tratamento e acompanhamento psicológico e psiquiátrico.

A Prefeitura Municipal dispensará esforços para o tratamento com canabidiol para pacientes que fazem uso contínuo desses medicamentos, com prioridade para as famílias de

baixa renda.

Garantir a presença de enfermeiras e enfermeiros obstétricos nas unidades básicas de saúde, oferecendo acompanhamento pré-natal, orientações e preparação para um parto humanizado, respeitando o livre arbítrio após o aconselhamento.

Inclusão de enfermeiros especializados em diversas áreas no atendimento ao público através de consultas.

Assegurar atendimento odontológico especializado, incluindo um serviço de urgência e emergência odontológica operando 24 horas.

Conceber um programa voltado ao ambiente escolar para prevenção e promoção da saúde física, mental e bucal.

Estruturar e ampliar o serviço de transporte com ambulâncias e outros veículos adaptados para facilitar o deslocamento de quem necessita para acessar tratamentos.

Promover campanhas de prevenção e educação conforme o calendário nacional de ações, além de desenvolver ações locais abrangendo outras temáticas relevantes.

SEGURANÇA PÚBLICA

Garantir investimentos em estruturas públicas de iluminação pública e vigilância humanizada, além de políticas de educação, cultura, lazer, esporte e pleno emprego como mecanismos para melhorar a segurança.

Celebrar convênios com os órgãos de segurança para formação continuada em Direitos Humanos, com enfoque na prevenção da violência.

Regulamentar a instalação de sistemas privados de monitoramento em vídeo, visando prevenir ações de discriminação e estigmatização de parte da população.

4

EIXO QUATRO: ECOSSOCIALISMO E BEM VIVER!

Meio Ambiente, Agroecologia, Segurança Alimentar, Reforma Agrária!

A crise climática e a devastação dos nossos ecossistemas nativos são os grandes desafios dos nossos tempos. Em uma realidade em que ainda travamos a histórica luta de classes para garantir o acesso do povo às riquezas produzidas pelo trabalho coletivo, a grave ameaça que se coloca no horizonte aponta para um cenário em que os próprios recursos para essa produção de riquezas tendem à escassez e à extinção. E essa é uma crise que não vem isolada.

O desmatamento desenfreado e a exploração indistinta do solo e dos recursos hídricos para o desenvolvimento irresponsável de atividades minerárias e industriais têm forçado os limites da capacidade de suporte do ambiente. Isso conduzirá à ruptura tardia do próprio sistema de produção, mas não sem antes degradar o solo a níveis de completa inutilização dessas áreas. Não sem antes contaminar, assorear e diminuir a disponibilidade hídrica dos nossos rios, represas e nascentes, encarecendo o abastecimento das nossas comunidades com água potável e causando enfermidades na população para a qual não há acesso a água tratada.

Não sem antes poluir nossa atmosfera, alterar o regime de chuvas, modificar os padrões de umidade e qualidade do ar que respiramos, ocasionando doenças e síndromes respiratórias.

Um primeiro reflexo dessa urgência é o reconhecimento de que a parcela que mais sofrerá com a escassez de água, alimentos e terras agricultáveis é a população pobre, que já não possui acesso a esses recursos mesmo em cenários de abundância dos mesmos. Mais uma vez, vemos outra faceta desse projeto de sociedade que empurra a fome, a doença e a morte para as margens sociais. O segundo reflexo, que atinge até mesmo os mais favorecidos da nossa comunidade, é a constatação de que nosso país, nosso estado e, mais especificamente, nossa cidade dependem diretamente de um meio ambiente equilibrado, com terras agricultáveis, disponibilidade hídrica e regime climatológico adequado para o desenvolvimento das atividades que são a base de sua economia.

É preciso garantir a universalização dos serviços de saneamento básico, concernentes ao abastecimento de água potável encanada e à coleta e tratamento da totalidade dos esgotos sanitários produzidos no município. Isso inclui financiar a pesquisa, estudo e licenciamento de novas técnicas de disposição desse esgotamento sanitário, como a fertirrigação, para diminuir a pressão desses lançamentos em nossos corpos hídricos e ecossistemas aquáticos.

É preciso universalizar a coleta e a disposição adequada dos resíduos sólidos urbanos, conforme estabelece a **Política Nacional dos Resíduos Sólidos**, sem limitar-se aos métodos tradicionais de aterramento desses rejeitos. A triagem, separação e reciclagem desses resíduos aumentam a vida útil das estruturas de aterro sanitário, que já são áreas impactadas pela deposição de resíduos, além de diminuir a pressão para exploração de novas áreas protegidas para extrativismo e produção desses materiais que estão sendo deliberadamente enterrados. Outra iniciativa para reduzir os rejeitos destinados ao aterro é a coleta e tratamento dos resíduos orgânicos para produção de biofertilizantes naturais, seguros e baratos.

É preciso repensar a maneira como nos deslocamos e como produzimos energia, baseada na queima e emissão de poluentes e gases do efeito estufa. A matriz energética, fortemente baseada na produção hidrelétrica e na queima de combustíveis fósseis, além de ser insustentável e destrutiva, é autoritária e altamente centralizada nos poucos conglomerados que detêm o domínio dessas estruturas. Defendemos uma cidade energeticamente autossustentável, que produza energia solar nos domicílios, nos prédios comerciais e nas estruturas públicas.

Precisamos criar mecanismos de aquisição e redistribuição da energia obtida por biomassa e biodigestão em nosso parque industrial. Devemos modernizar a frota do serviço público de transporte, buscando alternativas e tecnologias que reduzam o impacto das emissões atmosféricas, além de desestimular a expansão do contingente de carros em circulação na cidade, visando um trânsito mais seguro, eficiente e livre de impactos à saúde pública, poluição sonora e mitigação dos fenômenos das ilhas de calor nos espaços urbanos.

É preciso estruturar e fomentar a fiscalização, monitoramento e gestão técnica das atividades potencialmente poluidoras. Para isso, é imprescindível termos uma Secretaria Municipal do Meio Ambiente forte, atuante e aberta à comunidade, com a instituição de princípios claros que reorientem a atuação do **Conselho de Desenvolvimento Ambiental de Itamonte – CODEMA**. Não podemos nos eximir de realizar uma análise crítica e pragmática daquilo que as normas ambientais atualmente dispõem como sendo de utilidade pública e de baixo impacto ambiental, evitando critérios permissivos à degradação ambiental que geram cenários de antinomia e ineficácia factual das políticas públicas de preservação.

É preciso implementar uma política de planejamento, manutenção e gestão da arborização urbana da nossa cidade, embasada em prescrições técnicas fundamentadas. A atual gestão tem promovido uma política de mutilação e completa destruição do nosso patrimônio cênico. Além da destruição da nossa arborização, ainda pesa a improbidade no uso dos recursos públicos. Precisamos ampliar e recompor nossas áreas verdes, promover a regeneração nos nossos parques e bosques municipais, e instituir novas unidades de conservação. É essencial reintegrar o domínio público das **Áreas de Preservação Permanente** invadidas pelo interesse privado, pondo fim a esse modelo de constante violação dos direitos difusos e coletivos em benefício daqueles que concentram influência e poder para cooptar até mesmo o Estado na defesa de seus privilégios.

O Brasil ainda convive com um cenário hediondo de injustiça socioambiental em pleno século XXI. Os latifúndios reúnem terras abandonadas e áreas degradadas pela falta de manejo e condução adequada, resultando em processos de compactação, desagregação e erosão do solo, além de assoreamento e eutrofização dos rios, lagos e nascentes.

As crianças e jovens em idade escolar frequentam escolas urbanas onde não se sentem contemplados, pois estas não refletem a dinâmica campestre, o que desestimula sua

continuidade na frequência às aulas, levando à evasão escolar por não se sentirem parte daquele ambiente. Neste sentido, também não há acesso das famílias assentadas a manifestações culturais que retratem suas características e costumes, principalmente exibidas nos próprios assentamentos. Também não há projetos de iniciação à qualquer manifestação artística voltados para a população campestre, sendo este um fator determinante para que o assentado migre, via de regra, para as periferias itamontenses.

É necessário reestruturar e ampliar as competências e o âmbito de atuação do **Conselho Municipal de Segurança Alimentar**, de modo que possamos implementar políticas públicas que garantam a produção contínua, ao longo de todo o ano, dos produtos e alimentos necessários para a merenda escolar, refeições hospitalares, asilos, entre outros serviços públicos. Dessa forma, garantimos que os recursos públicos destinados à alimentação nas instituições estatais permaneçam circulando em nosso município, fortalecendo a economia local e assegurando a compra da produção dos pequenos agricultores familiares.

Acreditamos que o contato com a produção de alimentos é de suma importância para o desenvolvimento e educação de nossas crianças e jovens. Por isso, defendemos a implantação de estruturas de hortas e estufas nas unidades escolares do município, proporcionando oportunidades para introduzir noções sobre educação ambiental, segurança alimentar e preservação dos ecossistemas.

A seguir, apresentamos nossas propostas para superar essa lógica de destruição socioambiental disfarçada de desenvolvimento econômico, visando à construção de uma sociedade mais responsável, saudável, segura e empática.

MEIO AMBIENTE

Promover a universalização do serviço de abastecimento de água potável, bem como a coleta, tratamento e disposição adequada dos esgotos sanitários.

Revisar as condições do **PREMEND - Programa de Recebimento e Monitoramento de Efluentes Não Domésticos**, ampliando a participação dos empreendimentos produtores desses efluentes no custeio dos sistemas e projetos de revitalização dos nossos rios receptores.

Instituir um Programa de reintegração de domínio das Áreas de Preservação Permanente urbanas, além de promover a recuperação das matas ciliares e nascentes urbanas.

Criar campanhas de monitoramento da água tratada oferecida à população, com o objetivo de investigar a presença de agrotóxicos e substâncias persistentes, e divulgar amplamente os resultados.

Estimular iniciativas de cooperativas que atuem no recolhimento, segregação, reuso e reciclagem dos materiais diversos presentes nos resíduos sólidos domiciliares, oferecendo alternativas de emprego e renda.

Elaborar campanhas de educação ambiental sobre os resíduos domiciliares, abordando a importância de reduzir a produção, promover a separação seletiva e conscientizar sobre as consequências dos descartes irregulares.

Promover a diversificação da matriz energética de Itamonte, utilizando energia renovável e não-fóssil.

Defender uma política de subsídio para garantir mais autonomia energética às residências e edifícios comerciais através da utilização de energia solar.

Regulamentar, visando reduzir a poluição visual na cidade, o código de posturas relacionadas à afixação pública de anúncios comerciais, outdoors e demais estruturas de comunicação que poluem e descaracterizam o ambiente urbano.

Implementar ações para reestruturar a infraestrutura elétrica, ocultando fios e cabos expostos que destoam da arquitetura da cidade e representam riscos aos cidadãos. Iniciar a ocultação dos fios e cabos elétricos no eixo Presidente Vargas até o final da Governador Valadares. Estender gradualmente essa política para outras vias, como a Avenida Campos Elíseos.

Fiscalizar o cumprimento das normas municipais sobre poluição sonora, contemplando um planejamento estratégico para adequação acústica de espaços coletivos, como escolas e

ambientes de trabalho.

Criar e incentivar a utilização de aplicativos de serviços ambientais para diversos usos, desde denúncias de crimes ambientais até dicas sobre olericultura, compostagem, pontos de reciclagem, expediente dos parques municipais e acompanhamento da arborização urbana, entre outros serviços.

Modernizar e substituir a frota do transporte público, incorporando tecnologias de mitigação da emissão de poluentes atmosféricos.

Modificar o modelo de licitação para a poda e **manutenção da arborização urbana**, garantindo que não seja baseado no peso do material lenhoso extraído.

Elaborar o **Plano Diretor da Arborização Urbana**, orientando desde as espécies compatíveis com o ambiente urbano até o planejamento conforme as características de cada bairro e região, assegurando as melhores práticas e técnicas para escolha e gestão dessa vegetação.

Instituir um **Programa de Ecoalfabetização** (educação ambiental não formal) permanente e continuado em diversos espaços, como escolas, praças, condomínios residenciais e associações de bairro, além de veicular cartilhas e programas de esclarecimento.

AGROECOLOGIA RURAIS E SOBERANIA ALIMENTAR

Promover o acesso do ensino fundamental ao universitário e a apresentação de conteúdos que visem à formação para a relação com a terra.

Promover recursos humanos e materiais que assegurem o atendimento preventivo de saúde da família, das mulheres, dos idosos, das crianças e demais especialidades, através da instalação de unidades fixas de atendimento, além do atendimento itinerante nessas localidades.

Promover o transporte público gratuito de qualidade, criar, expandir e conservar as

estradas rurais, garantindo o acesso rural, com a disponibilização de mais linhas de transporte.

Promover um programa de habitação no campo com a construção de fossas sépticas, implantação de poços artesianos, sistemas de captação e reuso de águas pluviais, recolhimento dos resíduos domiciliares, dentre outros equipamentos e serviços pertinentes à dignidade dessas populações.

Subsidiar o acesso à energia elétrica na zona rural, assim como serviços de telefonia, redes de internet e demais estruturas essenciais à integração do campo com redes de comunicação social.

Promover parcerias com os órgãos de segurança pública no sentido de garantir ações especialmente articuladas para a segurança nas comunidades rurais.

Subsidiar e incentivar a produção, promovendo o cooperativismo e fomentando o processamento e beneficiamento da colheita, garantindo a aquisição dos produtos e desburocratizando a compra direta pelo município.

Criar a Subsecretaria de Segurança e Soberania Alimentar, vinculada à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Promoção Social, com a atribuição de promover políticas de subsídio para transição agroecológica na nossa produção rural, bem como fomentar a produção em hortas urbanas comunitárias, além de orientar a diversificação e aquisição dessa produção.

Promover a reativação e fortalecimento do Conselho Municipal de Segurança Alimentar.

Garantir, por meio da estrutura das Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente, o atendimento e consultoria técnica especializada sobre aspectos de produção, manejo, preservação, recuperação e licenciamento de atividades.

Criar um Programa de incentivos fiscais à produção agroecológica nos espaços urbanos, com a criação de hortas comunitárias em espaços livres e terrenos baldios, além de treinamentos e oficinas para fomentar as hortas domiciliares em quintais.

Estimular iniciativas de cooperativas que atuem no recolhimento e beneficiamento dos compostos orgânicos de origem domiciliar, propiciando espaços de compostagem coletiva e produção de fertilizantes.

Criar hortas escolares, com práticas de cuidado e manutenção compartilhadas por toda a comunidade escolar, garantindo a inserção de assuntos correlatos ao meio ambiente, biologia, ecologia e segurança alimentar no currículo programático do ensino municipal, familiarizando os estudantes desde o início de sua formação com esse espectro de conhecimentos e práticas que estão no cerne da nossa formação regional.

Elaborar um calendário de formações públicas para divulgação de todas as tecnologias e métodos de produção agroecológica, como os sistemas agroflorestais e a permacultura, entre outros.

Elaborar um calendário de eventos e festividades tradicionais relacionadas às épocas de colheita, de modo a aproximar produtores e consumidores, mudando nossa relação social com o alimento e seus métodos de produção.

Elaborar um calendário de eventos e festividades tradicionais relacionadas às épocas de floração das nossas árvores símbolo da Mata Atlântica e Campos de Altitude, como forma de celebrar nossa paisagem e estimular práticas de compreensão e engajamento no diálogo sobre a preservação da flora nativa.

Garantir a compra prioritária da produção agroecológica, do campo e da cidade, para o suprimento dos serviços públicos como a merenda escolar, alimentação em hospitais, asilos, restaurantes populares e quaisquer outras estruturas que demandem esse dispêndio.

CAUSA ANIMAL

Fortalecer os programas de adoção e doação consciente de animais domésticos, garantindo incentivos às organizações que realizam o acolhimento e cuidado com os animais abandonados.

Consolidar e ampliar os programas de castração de animais em condição de rua para evitar a proliferação e resguardar a integridade dos animais.

Ampliar as políticas de fiscalização e punição aos maus-tratos e abandono de animais domésticos, criando amplos canais para denúncia dessas ocorrências.

Assegurar os programas de combate às zoonoses, ampliando a frequência de campanhas de prevenção, detecção e tratamento.

Criar Centros para triagem, assistência veterinária, alimentação e abrigo provisório para animais em condição de rua, encaminhando-os, após reabilitados, para adoção consciente.